

A SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS EP's DE JOÃO PESSOA/PB

Joeliton Francisco Sousa de Paulo
Douglas Willian Quirino Pereira
Dra. Sandra Alves da Silva Santiago

Universidade Federal da Paraíba

joellygnton@hotmail.com
qdouglas@hotmail.com
sandraassantiago@yahoo.com

Abstract

The aim of the present study is to reflect on the situation of Libras' (Brazilian Sign Language) interpreters who operate in reference schools, considered Pole Schools (Eps) in the city of Joao Pessoa, Paraiba. For it, we divided the study in two parts: the first has documental and bibliographic character and the second, empirical nature. We raise the material relevant to legal references to understand the presence of the LIBRAS' interpreter in school, as Quadros (2001), Damázio (2007), the Law 10,436 /02, Decree 5,626 /05, as well as the Law 12,319 /10, which regulates the profession of interpreter in the national territory. In empirical research, we interviewed the 36 LIBRAS' interpreters of the Eps of Joao Pessoa, and spent the qualitative analysis of the answers given. The results showed that there are significant gaps in the inclusion of the deaf, motivated by the lack of training of the interpreters, ignorance of the real needs of the deaf and reproduction of the wrong speech in favor of registration of the deaf in the regular school as a synonym of full inclusion.

Key words: Libras' interpreter. Inclusion. Pole schools.

Introdução

Se remontarmos na história, veremos que a questão educacional do surdo foi marcada pela exclusão e pela negação de seus direitos linguísticos e de acessibilidade. O direito dos surdos só foi garantido em território Brasileiro pelo reconhecimento da Lei nº 10.436 em abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras (regulamentado pelo Decreto nº 5.626, de 22\12\2005, que trouxe consigo a importância do profissional intérprete de Libras\Língua Portuguesa.

Posterior a estes meios legais encontramos a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que coloca em pauta a formação do profissional intérprete, trazendo um reconhecimento e valorização deste profissional. Neste caso, destaca que a atuação deste profissional é de fundamental importância para a inclusão da pessoa surda, pois considera estes usuários nativos da Língua de Sinais.

Percebemos que a situação que envolve a pessoa surda tem um teor ainda mais preocupante, haja vista, que dentre as barreiras enfrentadas está a de carácter linguístico. Então, o presente trabalho voltar-se-á para o estudo do fenômeno da inclusão de alunos surdos e, neste contexto, da atuação dos intérpretes de Libras, buscando compreender a partir da diferença linguística e dos aspectos que envolvem os instrumentos de acessibilidade para surdos, o papel do intérprete de libras, na esfera educacional.

Quem é o Profissional Intérprete de Libras?

O profissional intérprete da Língua Brasileira de sinais é uma pessoa habilitada, ou seja, fluente nesta Língua e que por sua vez tem a capacidade de atuar em duas formas de interpretação: simultânea e consecutiva. Na interpretação simultânea o intérprete de Libras busca em tempo real transmitir a informação que está sendo passada. No tocante a interpretação consecutiva, o mesmo busca em um curto espaço de tempo passar a informação desejada. Vale destacar que: “a tradução envolve a



modalidade escrita e pelo menos uma língua envolvida no processo” (BRASIL, 2007, p.49). Como a profissão de intérprete de Libras é um tanto recente, ainda há muitas confusões a respeito da atuação deste profissional. A maioria delas tem origem na própria história da profissão.

Segundo Quadros (2011), os intérpretes começaram a atuar no Brasil, marcados pelo viés religioso ou caritativo, iniciados por volta dos anos 80. Estes intérpretes de Libras, na sua origem, se constituam em parentes ou amigos de pessoas surdas que faziam o “trabalho” sem remuneração, e até mesmo como uma “missão”, doação, caridade para com o grupo. Neste contexto social, a ideia do direito do surdo à informação e participação social não eram mais que fagulhas no imaginário de alguns visionários.

Na atualidade esta ideia está, de certo modo, superada, pois já existem dispositivos legais que asseguram o direito dos surdos e a profissionalização do intérprete. Entretanto, ainda sobrevive, especialmente entre surdos e ouvintes desinformados, uma ideia equivocada sobre o papel do intérprete. Alguns acham que cabe ao intérprete resolver todos os problemas dos surdos e assumir suas responsabilidades sociais, acadêmicas, etc.

De acordo com a Lei nº 12.319/2010, a formação do intérprete de libras em nível médio, deve ser realizada por meio de curso com reconhecimento em educação profissional, cursos de extensão em Universidades, como também através de cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. No tocante à proficiência na língua, de acordo com a legislação brasileira, a mesma pode ser verificada através do Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa/PROLIBRAS, que será promovida até 2015.

No que diz respeito às funções, o intérprete escolar deve participar do planejamento escolar junto ao professor ou professores da turma onde atua, mas, jamais

substitui ou assume o papel do professor. O objetivo é que ao participar do planejamento, o intérprete possa auxiliar o professor dando sugestões a respeito de atividades que favorecem a participação do aluno surdo. Por outro lado, participando do planejamento, o intérprete de libras pode se familiarizar com o conteúdo, conceitos, expressões, etc. que necessitara utilizar durante a interpretação em sala.

Pesquisando a Prática profissional dos Intérpretes de Libras nas Escolas

Além das reflexões de Damázio (2007) e Quadros (2001), realizamos uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e caráter explicativo e exploratório que se realizou junto a um conjunto de escolas de referência do Município de João Pessoa – PB denominadas como Escolas Polos - EPs. Identificamos 09 (nove) escolas de referência que possuem surdos matriculados na cidade de João Pessoa e com estas informações, realizamos uma entrevista semiestruturada junto aos intérpretes, a fim de analisar as condições de trabalho destes profissionais. Em 09 escolas encontramos 41 intérpretes para atender 94 surdos. É importante notar que com este número temos uma média de 2,3 surdos por intérprete. Mas, embora pareça pequena a quantidade de surdos por intérprete, este número não corresponde à realidade, pois como os surdos se encontram matriculados em turnos e turmas diferentes, na prática, o que se observa, é que alguns estudantes surdos não dispõem do serviço de intérprete em sala, nem fora dela, para quaisquer outras necessidades. A ausência de intérpretes nas escolas de referência é, no mínimo estranho, além de descumprir o que defende a legislação brasileira para a inclusão de surdos.

Resultado e Discussão dos dados

Elaboramos algumas questões que foram apresentadas aos intérpretes a fim de esclarecer as condições de trabalho deste profissional no âmbito escolar. Dados iniciais para caracterização do grupo, como: a faixa etária, formação inicial e continuada e

tempo de atuação nos pareceram relevantes. Quanto a faixa etária identificamos intérpretes entre 20 e 52 anos atuando nas escolas de referência. Portanto, se percebe que tais dados podem revelar outros aspectos, tais como: tempo de experiência na área e maior qualificação profissional, por isso são importantes para nossa análise.

No tocante a formação, temos intérpretes com formação inicial em pedagogia, webdesing, letras\libras, letras\português, psicopedagogia, geografia, teologia, administração, ciências da computação e biologia. Portanto, a maioria dos profissionais possuem formação em áreas muito distintas e que nada tem a ver com sua atuação profissional. Com exceção de apenas 06 intérpretes de libras que são graduandos em Letras/libras, dentre os 41 atuantes.

No que se refere à formação continuada, encontramos cursos das diferentes áreas do conhecimento, tais como: Psicopedagogia, Educação Inclusiva, Libras, Educação Especial e Surdez foram alguns citados. Na formação continuada vemos, de fato, uma formação mais específica na área. Já, no tocante a frequência em cursos específicos na área de interpretação em libras, todos os intérpretes afirmaram ter participado de capacitação oferecida pela rede que coordena as escolas de João Pessoa-PB. Além deste, todos os intérpretes afirmam possuir outros cursos de Libras, oferecido por instituições como, por exemplo, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD. Tais dados revelam que tem sido na formação continuada que estes profissionais estão buscando os conhecimentos necessários para a atuação na área, inclusive como uma forma de compensar o que não tiveram na formação inicial.

Quanto ao tempo de atuação como intérprete, verificamos que há intérpretes atuando com apenas duas semanas de experiência e outros com vinte anos de experiência na área. Ambos, no momento, executam a mesma função na escola. Portanto, se percebe que a experiência não é um dado exigido para atuar como intérprete de libras nas escolas de referência de João Pessoa.



Na questão seguinte, buscamos analisar como os intérpretes de libras avaliam a presença dos alunos com deficiência na escola. Nas respostas, observamos elementos que cabe destacar, conforme na fala a seguir:

“Vejo que eles são bem cuidados e vejo como algo interessante, por que os demais alunos ficam curiosos querendo interagir com os alunos com deficiência”.

Ao considerar a fala acima, destacamos que ser fonte de curiosidade não significa estar incluído na escola, e esta condição não deveria ser relevante para os intérpretes avaliar a presença do aluno surdo.

Outra questão que buscamos analisar foi o conhecimento dos intérpretes de Libras sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Sobre esta questão, identificamos que dos 41, apenas (02) dois intérpretes tinham conhecimento. Como desdobramento desta questão, perguntamos aos referidos intérpretes se no PPP estão previstas ações de inclusão, em específico para os alunos surdos. Segundo eles, as ações previstas se resume a uma feira de libras, que vem sendo desenvolvida há dois anos em uma das escolas.

Outro aspecto investigado foi a participação dos profissionais intérpretes de Libras no planejamento escolar. Os resultados foram bastante desanimadores, pois eles revelaram que raramente participam nos planejamentos escolares, dando opinião no que diz respeito ao ensino dos alunos surdos. Destacamos o seguinte relato:

“Difícilmente participamos dos planejamentos, participamos do conselho de pessoas especiais que neste caso é um debate para saber o processo dos alunos surdos e os demais alunos com deficiência”.

Esta é uma questão muito preocupante, pois tem repercussões diretas na atuação do intérprete. O intérprete escolar precisa planejar junto ao professor, e acompanhar de perto os objetivos que os professores têm para toda a turma, a fim de adaptar sua prática e favorecer a participação do aluno surdo.

Ainda investigamos a questão da comunicação do aluno surdo com a comunidade escolar. Os resultados demonstram que a comunicação com professores e colegas é gestual, com uso de mímica; com o intérprete é em libras. Com os professores e demais profissionais da escola é mediada pelo intérprete e, na ausência deste, inexistente.

Diante dos dados, observamos que em sua maioria os intérpretes ficam com total responsabilidade pela comunicação entre surdos e ouvintes, e que mesmo alguns professores buscando adaptar provas e utilizando algumas metodologias, existe a falta de comunicação entre alguns professores e alunos surdos, o que compromete a inclusão do estudante surdo.

Buscamos investigar como é o convívio entre os professores e os intérpretes das Escolas polos no dia a dia. De acordo com as repostas dadas, constatamos que existe uma boa relação entre ambos, e que os intérpretes buscam se posicionar quando necessário, buscando assim, sempre um laço de amizade com os professores. Mas, o espaço pedagógico dedicado aos intérpretes ainda é pouco. Em alguns dos relatos, os intérpretes expressam o seguinte:

“Com alguns professores a relação é boa, com outros temos dificuldade em organizar o material para ser trabalhado em sala de aula”.

No tocante à ação, atividades ou projeto que desenvolva o ensino da Libras dentro da escola, identificamos na fala dos intérpretes que em algumas escolas já há aula de Libras ministradas em sala de aula por professor (a) surdo (a), e também cursos/oficinas de Libras para profissionais da escola, pais e comunidade. Tal fato se reveste numa ação importante para a inclusão do surdo.

Na questão seguinte, buscamos saber o que significa inclusão e se os intérpretes consideram as escolas onde atuam inclusivas. Dentre as repostas sobre o que seria inclusão destacamos:

“Colocar os alunos surdos no meio social, é fazer parte, é ser aceito, é está dentro do contexto da própria escola e se sentir aluno com seus direitos e deveres por igual”.

No que diz respeito a considerar se a escola onde atua é inclusiva, os intérpretes que concordaram que a mesma seja inclusiva justificaram da seguinte forma:

“É inclusiva por que tem todo tipo de deficiência e também está visando a progressão do aluno independentemente do nível que eles estejam”.

Outros ainda demonstram pouco entendimento sobre o que é a inclusão e qual seu papel junto ao aluno com deficiência, confundindo “direitos” com “privilégios”, conforme podemos perceber na resposta a seguir:

“É inclusiva, porque o que os alunos com deficiência querem fazer, eles fazem, esta escola é igual a uma mãe, aceita a todos com amor e carinho e também o diretor busca acolher a todos”.

Outros ainda relacionam a inclusão à matrícula na escola, conforme vemos na próxima resposta: “É inclusiva, porque toda deficiência que aparece a escola aceita”.

Infelizmente, segundo os relatos, o sentido da inclusão nem sempre é compreendido pelos profissionais diretamente responsáveis pelo processo. Nas respostas é possível observar que existe uma grande confusão por parte dos intérpretes de Libras, a respeito do quem vem a ser de fato uma escola inclusiva para surdos.

Somente uma minoria dos intérpretes afirma que a escola onde atuam não é inclusiva, e justificam que se trata de uma escola “adaptada”. Pautado nesta resposta, buscamos identificar se os intérpretes consideram que os alunos surdos estão incluídos. A maioria dos intérpretes responde que sim, pois, “a escola está sempre visando o progresso dos alunos surdos”, “por eles terem seus direitos e deveres”, “por que estão em sala de aula e participam de todas as atividades”.

A partir da resposta dos intérpretes que não consideram a escola inclusiva, questionamos que escola eles sugerem para os surdos para que eles possam ser



incluídos. Estes intérpretes responderam que o processo de educação dos surdos precisa ser bilíngue, onde “o aprendizado da Libras deveria acontecer como L1 (primeira língua) e do Português na condição de L2 (segunda língua)”. Com esta resposta os intérpretes demonstram ter informação mais aprofundada sobre a inclusão de surdos e as lutas que os estudantes surdos vêm travando no cenário educacional brasileiro. Infelizmente, este comprometimento e conhecimento da área não se verificam com todos os intérpretes, nem com a maioria deles.

Considerações Finais

A pesquisa nos revela que o que vem sendo defendido em território nacional pela política de educação inclusiva, não é cumprida no cotidiano das escolas de João Pessoa. E, ainda que no tocante à educação de surdos há, ainda, muitas lacunas que comprometem a qualidade da educação ofertada a esta parcela da população, que há anos amarga uma história de exclusão social e educacional.

Sobre a atuação do profissional intérprete de Libras, entendido neste estudo, como o profissional com grande responsabilidade no processo de inclusão do estudante surdo, identificamos que sua formação está longe de atender às necessidades do alunado que ele se responsabiliza, pois são contratados profissionais das mais diferentes áreas e com pouca ou nenhuma experiência em interpretação em sala de aula. Além disso, vemos na realidade de João Pessoa, número insuficiente de intérpretes para atender a demanda de surdos matriculados. Evidencia-se, ainda, que toda a responsabilidade comunicacional é atribuída ao intérprete, ocorrendo certa desresponsabilização dos demais membros da escola com a inclusão de surdos.

Quanto à participação pedagógica dos intérpretes no planejamento escolar observamos que ainda é falha, pois os professores não valorizam as informações, sugestões, enquanto outros sequer convidam para participar deste momento tão importante na definição das ações que serão desenvolvidas nas salas de aulas, e sob as

quais, deve o intérprete mediar. Portanto, foi possível observar que os intérpretes que atuam nas EPs em João Pessoa, encontram-se um pouco confusos quanto a visão de inclusão reclamada pelos estudantes surdos.

Entendemos que muitas lacunas estão na formação inicial, mas, acreditamos que outra parte deste equívoco é fruto da própria política de inclusão de surdos que busca se implantar nas escolas de João Pessoa, pois estas não estão em consonância com os interesses e reivindicações da comunidade surda. Sendo assim, é pertinente dizermos, que a formação deste profissional está deficitária, e que isso compromete seu desempenho ético, político e técnico. Uma mudança nesta direção será de grande contribuição no processo de inclusão de surdos, fazendo com que os intérpretes de libras possam ser de fato mediadores da relação ensino – aprendizagem dos educandos surdos.

Referências

BRASIL. **Lei de Libras, lei nº 10.436**. Brasília/SEESP, 2002.

_____. **Lei que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 8 de Janeiro de 2014.

_____. **Decreto N.º 5626**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado / Pessoa com Surdez**. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

QUADROS, Ronice M. de. **O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.